


Parece, não acreditar tal comite, mas, edeureto-se como parlante a Câmara Federal em Brasília, exortando os seus membros que na sua vida política não podera deixar de amoldar, embora o seu papel de homem humilde, mas que trabalhara a vida pública disse que não analisou tais assuntos. Tãmas e que exclamandoi pharus de luzes colocara se a disposição para tal missão, no que mencio sup falta nada mais havendo se tratar, o Senhor Presidente encaminhou a presente Ata em nome de Deus, para assim, mandou que se lerasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Unânime, aprovada, em seguida para que produza seus efeitos legais.


 A. Saleiro

Ata da Decima Ultima Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Fomento do Município de São João, realizada no dia 26 (vinte e seis) de abril do ano de 2001 (dois mil e um)

As dezeto horas do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e um, sob a Presidência em exercício do Vereador Eduardo Faria Kelly e com a participação da Comissão de Fomento pelo Vereador Arcindo Figueira da Fonseca, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de São João Além dezes respondentes e homado regimental os seguintes Vereadores: Aires Souza de Figueiredo, Allanus Graça do Silva, Amearny Valério Thomaz Junior, Antônio Carlos de Carvalho Grande, Augusto Salvador Orlando de Carvalho, Emanuel Fátima do Silva, Gustavo Antônio Guimarães Diniz, Jânio dos Santos Mendes, José Eduardo Silva de Almada, Luiz Carlos Lobo, Paulo Ricar do Que Almada, Rui Obachado de Souza e Vilas Rodrigues Brito. Havendo numero regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus e registrou a seguir a presença do presidente do IBASCAF Dr. Fernando e

o ex-Senador Alfredo Barreto, na sessão. A seguir, foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata do décimo sexta sessão Ordinária do primeiro Sessão legislativa. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental soluciona ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: Ofício/GABRE-CT nº 029/2001 - Prefeito Municipal, assunto: Em resposta à Indicação nº 068/2001 de autoria do Vereador Amaury Valério Thomaz Júnior. Ofício/GABRE-CT nº 030/2001 - Prefeito Municipal, assunto: Em resposta à Indicação nº 075/2001 de autoria do Vereador Luiz Carlos Lobo. Ofício/GABRE-CT nº 032/2001 - Prefeito Municipal, assunto: Em resposta às Indicações nº 052, 053 e 054/2001 de autoria do Vereador Ricardo Arruda da Fonseca. Ofício/GABRE-CT nº 033/2001 - Prefeito Municipal, assunto: Em resposta às Indicações de nºs 069 e 070/2001 de autoria do Vereador Amaury Valério Thomaz Júnior. Ofício nº 018/2001 - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, assunto: Em resposta ao requerimento nº 006/2001 de autoria do Vereador Altamir Guzzo da Silva. Ofício nº 008/2001 - FEEMA, assunto: Em atendimento ao requerimento nº 023/2001 de autoria do Vereador Altamir Guzzo da Silva, encaminha o programa desenvolvido no Dia Internacional do Aquário como o resultado das análises efetuadas. Ofício nº 036/2001 - Sec de Estado de Assistência Social, assunto: Encaminha cópia da nota eão indicando o pagamento efetuado à APRE de Cabo Frio, referente ao Programa Resposta Integrada de Prevenção, relativo às parcelas 1 e 2 da planilha 2001, Decreto de Lei nº 019/2001 - Vereador Fábio dos Santos Mendes, assunto: Assegurar a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante supressão de barreiras e obstáculos, e de outras providências; Projeto de Resolução nº 009/2001 - Vereador Augusto Salvador, assunto: Visa suprimir o item 3 do Artigo 123 da Resolução nº 445 de 28 de dezembro de 1995 (Regimento Interno), requerimento nº 047/2001 - Vereador Ricardo Arruda da Fonseca, assunto: requer o envio de expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Cabo Frio, solicitando a instalação de um posto do Aquário no Baixo

Jardim Esperança, Requerimento nº 048/2001 - Vereador Ricardo Ferreira da Fonseca, assunto: solicitar a Telmar a instalação de um telefone público na Estrada de Bispos, 110, ao lado da Igreja Universal do Reino de Deus, no Bairro Jardim Esperança. Requerimento nº 050/2001 - Vereador Ricardo Ferreira da Fonseca, assunto: requer a Telmar a instalação de um telefone público no Posto de Saúde de São João, na Estrada de Campos Novos. Requerimento nº 051/2001 - Vereador Gilas Rodrigues Brito, assunto: requer outorga de licitação de placas à Sociedade Batista da Praça pela prestação de serviços instalações para funcionamento do Escola Municipal da Praça. Requerimento nº 052/2001 - Vereador Eduardo Antônio Lima, assunto: requer outorga de licitação de computadores para ocasião do 3º aniversário do SOS Vida. Indicação nº 181/2001 - Vereador Ricardo Ferreira da Fonseca, assunto: solicitar ao Excmo. Sr. Prefeito Municipal construção de muro de proteção no Posto de Saúde de São João, na Estrada de Campos Novos. Indicação nº 182/2001 - Vereador Manoel Fernandes, assunto: solicitar ao Excmo. Sr. Prefeito Municipal a colocação de guardas municipais em frente às escolas municipais Evaldo Sales e Belvino Santana da Fonseca, no Bairro Rio. Indicação nº 183/2001 - Vereador Manoel Fernandes, assunto: solicitar ao Excmo. Sr. Prefeito Municipal, intervenção junto à Agência para dotar o Bairro Rio de suprimento de água potável. Lembrando a leitura do expediente, o Sr. Prefeito Municipal parabenizou a Comissão aos Vereadores insatisfeitos como primeiro maior insatisfeitos, ocupou a tribuna o Vereador Augusto Salvador, remanância de Arivaldo, que inicialmente lamentou a violação do placar eletrônico no Senado em Brasília, fato este que se encontrava estampado em todos os jornais, diários do estado mais a imagem dos políticos brasileiros, que deixava em evidência de presença duas grandes lideranças, que nam os Senadores Aécio e Arivaldo. Disse em contra a adação Senada, e ainda que era contra a obrigatoriedade do eletor comparecer as urnas e que apresentava naquele Senado o projeto de resolução 004/2001, que tinha por objeto suprimir o item 3 do Artigo 123 da Constituição 445 de dezembro de 1995 que dispõe sobre a adação Senada e que preservava de ne

formulação. Adiante, disse que os Vereadores haviam sido eleitos por voto popular e que não fazia sentido esconderem-se atrás de votos secretos. Prosseguiu, então, a ler o Artigo 126 do Regulamento Interno que dispõe sobre a votação por escrutínio secreto nos seguintes casos: Na votação para a Presidência da Câmara, na composição dos Comissários permanentes, na concessão de cidadania, concessões, na aprovação de pareceres emitidos do Tribunal de Contas sobre os Contas do Município. Adiante, disse que não tinha medo de assumir uma posição diante dos Ilustres Vereadores, do povo cabotriense e de seus eleitores, e que votaria sempre na defesa de Ayrton e que tinha consciência de seu papel na Casa Legislativa. Referiu-se a uma sessão de votação para a Presidência da Câmara, e disse ter assumido publicamente que não votava no Vereador Rômulo Conza, por que apesar de serem grandes amigos já havia optado pelo Vereador Antônio Carlos de Araújo Grande e que era responsável por seus atos. Nutriu pedido de atenção especial para o projeto de Resolução, que visava acabar com o voto secreto. Em aparte, o Vereador João dos Santos Mendes parabenizou o Orador por tão valiente proposição. Sabia que o voto secreto nutria muitos vícios e falhas e que era de extrema importância o eleitor ter conhecimento da posição do seu candidato diante do Poder Legislativo. Disse que estava imbuído com a posição do Orador na defesa do fim do voto secreto, e que para respeitar o projeto era necessário observância à seus maiores tais como, Continuidade Estadual, Federal e do Orçamento. Adiante, disse que somente discordava do Orador quanto a extensão da obrigatoriedade do voto, pois, o povo assim como os políticos, ainda não havia atingido o amadurecimento Democrático. Continuando, o Orador agradeceu o aparte do Vereador João dos Santos Mendes e disse que a extensão do voto secreto teria que começar pelas Câmaras Municipais e que o fato ocorrido no Senado era uma vergonha Nacional e que a punição deveria vir o cassação dos dois Senadores. Encerrou sua fala solicitando aos nobres pares

um carinho especial com relação ao Projeto de Resolução de sua au-
 tora. A seguir, ouviu a tribuna o Vereador Sélio dos Santos Ben-
des, que iniciou sua fala lamentando profundamente o dano ambien-
 tal no Rio do Phácu, na região das Penhas, apresentada na nove-
 la das oito "Fala dos Políticos", como se fosse uma imagem do Bahia
 e não de Cabo Frio, e que a cidade não obtivera com isso nenhuma
 notoriedade. Diante, fez-se o dever de todos os Camarões, Ag-
 rembentos do País de conceder ações de solidariedade e apoio a tal
 lamentar. Vinha Heloisa Helena que sustentou, que nenhum po-
 lítico era digno de usar o nome de Deus nas tribunas do País,
 pois o faziam em discursos hipócritas e etícos, declinando láqui-
 mas sentidas e falsos juramentos. Prosseguiu dizendo que a nobreza
 nada tinha seu nome gravado num "mar de lama" por man-
 bras ardilosas. Segundo de políticos que sempre se beneficiaram
 de chantage. Disse ainda, que a Vereadora lutava agora diante
 dos Camarões para estabelecer a verdade, atitude esta que me-
 decia o aplauso de todos os casos legislativos da Nação bási-
 leira. Prossequindo, destacou que igualmente, tem pido o
 escolas, emissoras de rádio e fincas, debatendo sobre o mo-
 delo de Lei 002/2001 que dispõe sobre a proibição de insula-
 ção de cartões eletrônicos nos transportes coletivos do mu-
 nicípio, e que quando usava a expressão "igualmente" não
 pretendia colocar-se em pé de igualdade com a cidade de
 rodovia, mas sim pelo exemplo de moralidade e dignidade
 que tinha testemunhando nos conversas com os estudantes,
 jovens e pré-adolescentes de diversas escolas do município.
 Diante, disse que a persistência e a vontade de aqui dos
 estudantes, permitiam confiar no futuro e acreditar que po-
 da da Câmara Municipal, nos vários espaços, existia uma
 grande massa que esperava muito do poder legislativo. Con-
 tinuando, disse que o movimento estudantil e voluntário a par-
 do representante da Empresa de Ônibus, em recente debate,
 liderados pelos estudantes, que antes falava-se em nu-

utilização de cobrador e mão de obra para evitar o desemprego e que agora falavam que a lei podia estar escrita num Artigo onde a Empresa se comprometeria com a manutenção do posto de trabalho. Entalçou que os estudantes tinham muito que lamentar. Destacou que tal discussão não deveria ser elançada pela Empresa concessionária e sim pelo Poder Legislativo a quem cabia formular as regras e serem obrigadas pela Empresa concessionária. Adiante, disse que estava havendo uma inversão de valores e que transporte coletivo não se assemelhava aos serviços comuns e que era concessão de serviços públicos, e que assim sendo deveria ser regido por agentes públicos. Inquirindo, disse sobre o Projeto de Lei 019/2001 de sua autoria, que dispõe sobre o atendimento de deficientes físicos as pessoas com mobilidade reduzida nos transportes coletivos. Comentou sobre a necessidade dos agentes públicos em serem pessoas que que permitam ao deficiente usar o direito ao transporte gratuito, facultando a entrada dos mesmos nos ônibus que normalmente não são adequados ao usuário deficiente. Disse ainda, que para atender a todos os usuários, seria necessário o aumento do número de ônibus. Questionou o preço das passagens no transporte coletivo, e disse que não fazia sentido o preço de fareiro ter passagens mais baratas em relação ao município de São João. Inquirindo, disse que se a Câmara não tivesse técnicos, fazia-se necessário a contratação para ajudar a formular e discernir, pois os "ouvidos na rua" clamam por justiça. Encerrou sua fala dizendo que não queria inviabilizar a Empresa concessionária, e sim moralizá-la. Não havendo mais intervenções feitas para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foi aprovado parecer favorável da Comissão de Obras e Serviços Públicos ao Projeto de Lei nº 019/2001 sendo aprovado e requerimento de Urgência nº 053/2002 para o referido Projeto para as demais Comissões. Foi aprovado

Senador Coronáel da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 015/2001 - RFB nº 003/2001. Foi aprovado Senador Coronáel da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 016/2001 - RFB nº 004/2001, vindo a seguir aprovado requerimento de Urgência nº 005/2001 para ordenado projeto para as demais Comissões, foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 019/2001. Foi encaminhado para a Mesa Diretora o Projeto de Resolução nº 009/2001. Foram aprovados os requerimentos nºs: 047, 048, 050, 051 e 052/2001 e as Indicações nºs: 181, 182 e 183/2001. Denunciada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a Exatidão pessoal. Ocupou a Tribuna em Exatidão pessoal, o Senador Alto Rodrigues Brito, dizendo que era uma época que estava sempre debatendo com o Sr. Padre Fábio dos Santos, apesar de tal Senador deitar as suas palavras e soltuas ao Senador que refletisse sobre seu comportamento. Adiante, disse que engrandecia quanto a opção do Governo por algumas unidades, pois, revelava o menor custo e ainda, diferente do plano do IDT, que fazia grandes escolas, mas, não atendia a comunidade existente. Afirmando também a alternativa que levava o Governo a realizar convênios com Igrejas Evangélicas, que vindo em número expressivo no região, poderia abrigar unidades escolares na periferia sem nenhum custo para o Município e exemplo do valor de um real, o primeiro a oferecer espaço aos alunos de uma comunidade evangélica para a rede municipal de ensino. Observou e requir que Igrejas não evangélicas e que se beneficiavam do dinheiro público, poderiam ter a mesma alternativa, prestando assim serviços ao Município. Disse ainda sua atividade legislativa pela verdade, e mais, que aqueles que tivessem outros objetivos não deveriam participar da vida pública, no sentido em que apenas concordam a opinião pública com discursos que sobretudo não eram sustentados pela verdade. Disse que as manifestações de determinado Senador lembrando-se a deputada bastante conhecida.

←

revelaram total inconsistência em seus propósitos, mostrando ainda um desvio de comportamento que a mereceria levar a Câmara de Lucho Guio, a instituir uma Comissão de Ética no que opinou na fala. A seguir, ocupou a tribuna em explícita forma o Vereador Amaury Valério Thomas Júnior, que inicialmente, disse que obtivera proposta favorável a criação do Parque Ecológico Domício dos Guimarães, o que vinha reafirmar a preocupação do Prefeito Alain Corrêa com a preservação do meio ambiente. Em relação a questão levantada pelos Vereadores Fábio dos Santos Mendes e Vilas Rodriques Filho, disse que ambos haviam se esquecidos de que a educação era meta prioritária do atual Governo e que até mesmo o Governador Anthony Garotinho alegava isso e pedidos, pois tenha consciência de que não poderia deixar a educação fora da sala de aula e que a discussão dos estados Vereadores era inconsistente, assim como a ata que a brilhante atuação do Prefeito Alain Corrêa também na área de saúde. Destacou que o quadro docente de Lucho Guio, integrava o terceiro lugar dos mais bem remunerados do Estado, depois de Lapa dos Reis e aqui de Lages. Definiu que a postura do Governador Municipal era digna e responsável com relação a educação, independente de se ter que alugar ou construir prédios. Adiante disse, que não era um só, e solicitou que os dois Vereadores se fizessem sobre o importante objetivo de se tirar os melhores e melhores das duas, deixou registrado, que considerava o Vereador Antônio Carlos Bagalhães, uma pessoa honesta e que o povo brasileiro precisava se fazer forte para que todo o Poder Legislativo do país pudesse ter seu verdadeiro representante. O que a classe política não podia arcar com o ônus da "bandeirinha" ostendida no Distrito Federal, e que tal fato era, misturada com a elegeriação dos responsáveis do Poder Político do país, no que mencionou sua fala ainda em explícita forma ocupou a tribuna o Vereador Paulo César da Cruz Almeida, que referiu-se a questão por toda quando abordou o assunto da construção de UTE de Natal.

desenvolvendo-se com o Unicef através dos Santos Bóndes para fazer lembrar as autoridades locais para fazerem a manutenção adequada, mas, que insistiu por ser tal assunto de extrema relevância para a população local, visto que o Conselho não dispunha de tal recurso. Notava-se que em fevereiro de 2009, o Governo do Estado juntamente com os municípios da Baixada Fluminense começaram a construir UTIs, e enquanto tais obras não ficavam prontas foram feitos convênios com UTIs particulares, que atingiram também a Baixada Fluminense incluindo o município de Cabo Frio. Destaca a importância da existência do Centro de Saúde, Toda Criança e outros segmentos para que se faça convênios com hospitais particulares de que a UTI local não seja construída, e ambulância com equipamentos necessários para atender, uma vez que muitas crianças nascidas no hospital São José Espírito Santo muitas vezes, chegaram ao óbito ali ou consequentemente em hospitais do Rio de Janeiro, levando muitas vezes os familiares ao desespero. Continuando, fez um alerta quanto aos jovens de Cabo Frio que usavam unidades de no Rio de Janeiro e que necessitavam de bolsas de estudos, lembrando que as bolsas poderiam ser concedidas sem a necessidade do aluno passar por contratempos, usando-se o mesmo sistema do Fundo Econômico Federal, tal é este que morreu em estado pelo legislativo. Ainda em explicação sobre, ocorreu a tuberculose da Unidade Gestora Urbana Humana, Franquia que mudou sua sede durante que a gestão municipal foi dissolvida em janeiro, mas outros desdobramentos. Abriu a posição do então presidente que na época era do trabalho na Casa Legislativa e que diferia em muitos de outras ocasiões. Continuando, lembrou como a questão de fazer de imóveis para atender a demanda escolar, lembrando que era muito o que o Governo do Estado havia feito o mesmo procedimento, no método em que o Governo em geral não investia em educação. Com relação ao município de Cabo Frio, disse que não haveria necessidade do bloqueio de imóveis, uma vez que não havia a situação no Toda Criança, a essa, continua

ra o mesmo Prefeito que sem planejamento existia na prática
 de aluguel de imóveis, e assim desenhava que o município nos
 últimos 4 anos tivesse construído uma Escola que pudesse atender
 a demanda não só pela área construída, mas também pelo seu alcon
 e pedagógico. Houve a seguir, escolas construídas pelo Gover
 no do PDT, a unidade de modo do, incluindo as Escolas Galu
 son Duarte, Betha Lustro, Rui Barbosa, Deney Rubens, atualmente
 Américo Vespúcio e mais 4 UEB's, construídas pelo Governo do Es
 ta de Ceará, o Governo José Penha, e cerca de 9 para 18 mil
 o número de alunos no município de Lagoa Grande. Nesse que fez
 suas observações para aqueles que existiam em Administração
 o município olhando pelo retrovisor (sic). Adiante, parabenizar
 o Vereador Augusto Salvador pela iniciativa quanto ao voto cívico,
 porém, enfatizou que era um instrumento para preservar o
 nome e o nome do estado Democrático, mas, que estava a con
 dicionar que num Governo Estadual, onde em flagrante o processo
 sobre o racionamento, ainda obrigado a atuar com o Governo sob
 pena de receber sanções, duvidava quanto a efetivo do voto ab
 so, sem destaque, pelo menos no município de Lagoa Grande. Nesse
 em mensagem, que o seu discurso era como uma "colcha de
 retalhos", e assim comentou que o Conselho ao qual se referiu o
 Vereador Agnes Bessa de Aguiar era um dos tantos existentes
 no município, sendo propício o momento para que o Governo
 tenha mais atenção para com as prerrogativas e utilidades de
 seus organismos comunitários. Lamentou que o Conselho Comu
 nicipal de Turismo também fosse atingido a plano inferior pela atual
 administração, por razões que não ele tal forma tão correntes,
 que outros comentários seriam até desnecessários. Enfatizando
 destacou suas críticas, pelo fato dos Conselhos não funcionarem
 em Lagoa Grande, por não receberem a devida importância do Poder
 Municipal. E ainda, citou a situação em Espiritinho, Ceará,
 o Vereador Camargo Francisco Freire da Silva, mencionando inco
 mumente que era testemunha das conquistas da comunidade do Bairro

Não do qual era representante, elabore as obras de reforma e ampliação da antiga Escola Estadual, abrangendo cerca de 500 alunos, e ainda obras de infra-estrutura urbana realizadas, recebidas pela comunidade do Bairro São José que o discurso tinha apenas a intenção de evocar alguns detalhes nos argumentos do vereador que ao ocupar a tribuna levou muitos que considerava impostos quanto ao Governo da União, no que se refere ao fato de ocupar a tribuna em Exercício Fiscal o vereador Estevão Antônio de, como tendo inicialmente, a pedido do líder do Governo sobre a construção no Bairro Jardim Esperança da Escola de quem é o Sr. Schmidt, aludindo a discursos anteriores quanto o questionamento no município em relação o motivo do Conselho Municipal de Saúde, no seu entendimento muito bem mencionado pelo Vereador Antônio José de Aguiar, disse que por sugestão do Conselho e Câmara não mais participava do tal Conselho, o qual lamentava, registrando que quando apresentava o todo legislativo nas reuniões do Conselho de Saúde muitas vezes durava de combater as ideias da maioria, e assim, não poderia durar de registrar o seu sentimento de frustração quanto a tal situação. Lembrou que muitas vezes o Conselho de Saúde não deliberava por falta de "quorum" e que outras entidades colocavam muitas dificuldades para o seu funcionamento, e ainda que numa das últimas reuniões em que esteve presente, foi recordado uma obra que já estava autorizada pelo Governo do Estado destinado a propormo de saúde comunitária em tipo casa, tendo elaborado o seu projeto contendo juntamente com o Dr. Paulo Lima, atualmente Vereador, em confronto com emendas que simplesmente não queriam que o município fosse beneficiado com tais recursos. Colou sobre mesa número de sua autoria autorizando a criação de biblioteca pela instituição 505 Vila. Apontando a seguir a leitura do parecer, mencionando o muito aqueles que se dirigiram o município de direção com relação a tal situação dirigida ao Governo Municipal, disse que tais manifestações fazem parte do processo Democrático, observando que também foi no de oposição, e ainda, que não podia deixar de re

4

gostar a similitude do Governo Alan Louie, por estar esperando as altitudes do SCS Vido, que a época do Governo José Bonifácio foi o segundo do período do Lhinista, quando uma situação das mais difíceis, sendo governado pela Igreja Católica de Cabo São, no tempo de tanta nobreza e principalmente do Pastor Eduardo Hocho, e também do Ven. Padre de um filho do Hocho, no que encerramos sua fala. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encaminhou a presente sessão em nome de Deus, marcando Extraordinária para o dia dentro de dez minutos e, para começar, mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação do público, aprovada sem oposição para que produza seus efeitos legais.

Handwritten signature
 A. A. A.

Ata da Oitava Sessão Extraordinária do primeiro período legislativo da Câmara Municipal de Cabo São, realizada no dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e um.

No vinte e seis do mês de abril do ano de dois mil e um, sob a presidência e em presença do Ven. Padre Eduardo Hocho e com a participação do primeiro secretário pelo Ven. Padre Ricardo Tenório da Fonseca, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São. Após o devido cumprimento da ordem regimental, os seguintes Senhores: Aires Bessa de Albuquerque, Allan Soares da Silva, Amílcar Valente Thomas Júnior, Antônio Carlos de Lencastre Andrade, Augusto Eduardo de Lencastre, Emanuel Fernandes Fregueiro da Silva, Gustavo Antônio Guimarães Bruner, João dos Santos Mendes, José Eduardo da Silva de Almeida, Luis Carlos Lobo, Paulo César do Queiroz Almeida, Rui José de Faria e seus honorários Benjamim, fazendo número regimental o Senhor Presidente encaminhou a presente sessão em nome de